

# CIDADES

Manaus, domingo, 3 de novembro de 1996

## Pesquisador denuncia apropriação indébita

Plantas da Amazônia são levadas para fora do País e têm suas propriedades patenteadas por empresas estrangeiras sem que nada seja feito

Ana Célia Ossame

Há mais de duas décadas, o professor e pesquisador do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade do Amazonas (UA), Frederico Arruda, vem sendo uma das raríssimas vozes a denunciar a apropriação indébita de plantas e animais da Amazônia por estrangeiros que, em seus países, realizam pesquisas e produzem medicamentos que são patenteados. O fato é tão grave, segundo ele, que é impossível não ser irônico. "Qualquer dia vamos ter que pagar imposto para olhar a Bandeira Nacional".

A ironia não é sem motivo. A conhecida quebra-pedra, planta amazônica usada milenarmente pelos índios, foi patenteada há 10 anos nos Estados Unidos e na Europa pela indústria Fox Chase Cancer Center. Mais recentemente, a Ayhuasca (Santo Daime) passou pelo mesmo processo através da International Plants Medicine Corporation. Mas esses são apenas alguns dos exemplos citados por Arruda, ao lembrar que a apropriação de plantas e animais da região que nada mais é em sua opinião do que "roubo mesmo", é tão frequente quanto as chuvas do inverno. Existem ainda os casos de animais como as rãs da região do Javari, cuja secreção é rica em substâncias que, isoladas, produzem analgésicos mais potentes que a morfina e com ação cardiovascular. Além disso, estão sendo estudadas para o tratamento do "Mal de Alzheimer".

### O quebra-pedra e a planta usada no Santo Daime foram patenteados por laboratórios dos Estados Unidos

Sem pesquisa. A lista de espécies de plantas e animais retirados da Amazônia que estão sendo es-

tudados no exterior é desconhecida como é a Amazônia para o Brasil, compara o pesquisador. Em 40 anos de pesquisa farmacológica, segundo dados da Central de Medicamentos, o Brasil possui apenas seis plantas estudadas inteiramente. Foram apresentados 93 projetos, 74 tiveram as espécies selecionadas e 30 conseguiram bons resultados, mas somente seis tiveram seus trabalhos concluídos. "Com esses dados não dá para ser otimista. Não pesquisamos, por isso, não conhecemos", explica. "É vital para o País o conhecimento biogenético, mas ninguém se dá conta disso".

Quando aos estrangeiros, a situação é outra, garante. Existem várias dezenas de missões atuando na Amazônia sobre as quais não há o mínimo controle ou conhecimento.

Algumas são religiosas e não se sabe, mas isso não incomoda ninguém. As pessoas entram e saem com o que quiser e não serão fiscalizados. Isso, segundo o professor, possibilita o roubo de materiais, que é feito também por pesquisadores 'travestidos' de turistas. "Eu conheço casos de turistas que andaram coletando materiais enquanto faziam passeios", denuncia.

Ao propor a realização de um programa para o controle da biodiversidade que passe pelo Congresso Nacional, Frederico Arruda critica o "berço esplêndido" em que estão os parlamentares da Amazônia no que se refere ao roubo da biodiversidade. "A única voz que se levanta é da senadora Marina Silva (PT/AC), autora de um projeto de Lei sobre a utilização dos recursos naturais (BFver box) que é contestada

pelos parlamentares defensores dos interesses das madeireiras asiáticas", revela o professor da UA, para lamentar que enquanto roubam a biodiversidade da Amazônia os parlamentares discutem a redivisão territorial. Na Assembléia Legislativa do Estado, o silêncio é o mesmo, avalia.

Acesso fácil - O acesso dos pesquisadores estrangeiros em áreas indígenas revela situações no mínimo cômicas, segundo Frederico Arruda. "O CNPq aprova, por exemplo, projeto em área indígena. Como é preciso autorização da Funai, esta vai aos índios para dar a concessão. Os índios, a exemplo do que faziam na época do descobrimento, em que o Pau-Brasil era trocado por bugingangas, dão o sim ou não em trocas de benefícios semelhantes aos da época do descobrimento", explica Frederico, para acrescentar: "O pior é que nunca o CNPq ou qualquer outro órgão vai fiscalizar para saber o que estão fazendo os pesquisadores, limitando-se a receber relatórios". Arruda propõe que qualquer projeto em área indígena deva ser passado em cartório, para obrigar a divisão dos lucros, se houver, com as comunidades indígenas. E defende a conscientização da população sobre o assunto, para que cobre dos governos. "Estão loteando o Brasil, desmontando o País, numa estratégia antiga, mas eficaz".

Defesa - A disciplina do acesso de estrangeiros e também de brasileiros às pesquisas na floresta e o investimento de recursos de forma ambiciosa para a pesquisa são recomendados pelo pesquisador da Universidade.

Arruda quer a instituição de um programa voltado para esta área. "É preciso envolver as câmaras municipais, as assembleias legislativas e o Congresso Nacional nessa luta, tornando-os co-responsáveis pela preservação e pesquisa da nossa biodiversidade e depois conseguir recursos", sugere, para lamentar a atuação de órgãos como o Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). "Parece brincadeira de mau gosto o órgão não dispor de fiscais suficientes".

Frederico Arruda é enfático quando diz que o País está sendo vendido. "Não adianta dizerem que somos o Estado com o menor índice de devastação se não o conhecemos. Não sabemos o que fazem nele e nem temos pesquisa suficiente para ser aplicada em benefício da população", explica. Ele, no entanto, não estabelece prazo para o desencanto. Prefere continuar sendo crítico e fazer do descaso com a pesquisa e com a apropriação indébita da biodiversidade. E crer no resgate do espírito que, no século passado, dirigia alguns presidentes da Província do Amazonas, que faziam leis visando a preservação de tartarugas ou proibiam o "arrocho", que era o corte total da seringueira para retirada completa do látex. A necessidade de uma lei que discipline a utilização dos recursos naturais e de recursos para a pesquisa é afirmada por Arruda. "Não podemos continuar a escrever esta história de descaso com a Amazônia", diz o professor. As consequências serão trágicas, ensina ele.



Sem nenhum controle, estrangeiros invadem a floresta para coletar espécies da flora amazônica

## Projeto de lei emperra no Congresso

O Projeto de Lei que dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do País, da senadora petista do Acre, Marina Silva, é o único que tira o sono das grandes potências, afirma o professor Frederico Arruda. O projeto, de nº 306/95, levantou defensores dos interesses dos estrangeiros, mas, por se voltar aos interesses dos brasileiros, está sendo empurrado a passos de tartaruga, para usar uma expressão amazônica.

Pelo projeto da senadora, o Brasil poderá ser um dos primeiros paí-

ses no mundo a regulamentar as formas de acesso e utilização dos seus recursos genéticos. "Isso não vai resolver definitivamente o problema, mas será muito importante", diz Arruda. O projeto, no entanto, não é visto com bons olhos pelos parlamentares do Congresso, mais preocupados com os interesses internacionais, diz o professor.

A soberania e inalienabilidade dos direitos sobre a diversidade biológica e sobre os recursos genéticos existentes, a participação das comunidades locais e dos povos indígenas

nas decisões que tenham por objetivo o acesso aos recursos genéticos são alguns dos itens elaborados por Marina Lima, que responsabiliza o poder público pela preservação da diversidade, integridade e a utilização sustentável do material genético. Na justificativa, a senadora lembra que a biodiversidade é poder e por isso o projeto leva em conta a amplitude do tema e sua complexidade e apresenta, em letras claras, a importância e a necessidade urgente de o País tomar uma atitude concreta com relação aos seus recursos naturais.

### 'O Brasil precisa de nacionalistas'

Na era da globalização, Frederico Arruda faz questão de ser uma voz destoante. Sem medo das críticas pelos que estão na era da internet, defende o nacionalismo quando se refere aos interesses do País. E afirma ter boas razões sso. "Nenhum dos países do Primeiro Mundo chegou até esse nível sem antes acertar limites para as concessões, mas no Brasil, qualquer dia vamos ter que pagar imposto para ver a Bandeira Nacional", ironiza o professor da Universidade do Amazonas. "Eu garanto que os japoneses jamais aceitariam o retalhamento do seu país, como está sendo proposto no Brasil, mas aqui é muito diferente", lamenta.

Frederico argumenta que essa situação seria outra se, na década de 60, o projeto do professor Manuel Bastos Lira, que estabelecia convênios com a Universidade do Amazonas (UA) com instituições estrangeiras como a Universidade Kill e o Instituto Max Plank, da Alemanha, tivessem sido concretizados. Bastos Lira propunha a ida de estudantes para o exterior. A medida em fossem se formando, vinham fazer pesquisas na UA, com equipamentos e material de consumo doados pelos estrangeiros que viriam, com permanência financiada pela UA, para desenvolver os trabalhos aqui. "Se isso tivesse sido feito, hoje a Universidade do Amazonas seria um centro de excelência, mas cometemos o erro histórico do desinteresse pelo projeto".

A existência da Lei das Patentes, de nº 9.279, de 14/05/96, segundo o pesquisador da Universidade, é inócua. "Se não temos pesquisa com a nossa biodiversidade, o que vamos patentear?", indaga. Ao lembrar que o nacionalismo hoje é considerado como coisa atrasada, Arruda lamenta o que considera o enfraquecimento dos militantes das causas nacionais, sem pieguismo e histeria. "Nós precisamos de novo dos nacionalistas para mobilizarem o País contra essa rota suicida que, está sendo seguida na área da pesquisa", sugere.